

Caro Presidente do Conselho Europeu, Presidente da Comissão Europeia, Presidente do Parlamento Europeu,

Nós, as organizações da sociedade civil abaixo assinadas, vimos por meio desta carta pedir à União Europeia que use sua influência para evitar o agravamento da situação ambiental e dos direitos humanos no Brasil.

Em abril, mais de [600 cientistas europeus](#) e duas organizações indígenas brasileiras, que representam 300 grupos indígenas brasileiros, pediram que a UE atue como líder global no apoio aos direitos humanos, à dignidade humana e ao clima habitável, fazendo da sustentabilidade a pedra angular de suas negociações comerciais com o Brasil. Nós apoiamos esta iniciativa em sua totalidade.

Em conformidade com o Tratado da União Europeia, a UE e os seus Estados-membros prometeram respeitar e promover os direitos humanos como um objetivo primordial nas suas relações com outros países. A comissária responsável pelo Comércio, Cecilia Malmström, também [afirmou claramente](#) a necessidade de novos acordos comerciais da UE para garantir o desenvolvimento sustentável.

Desde a posse do presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, em janeiro de 2019, testemunhamos o aumento das violações dos direitos humanos, ataques a minorias, povos indígenas, LGBTQ+ e comunidades tradicionais. Além disso, a administração deste governo continua a ameaçar a sociedade civil como base do funcionamento da democracia, enquanto instiga um ataque substancial a algumas das regiões mais preciosas e ecologicamente valiosas do mundo (como Amazonia).

**Estamos profundamente preocupados com os seguintes pontos:**

- A proposta de colocar a demarcação de terras indígenas sob a jurisdição do [Ministério da Agricultura](#) abrirá caminho para que [poderosos agropecuários](#) de soja e gado acelerem sua varredura através da Amazônia, a maior floresta tropical do mundo e do Cerrado, a savana de maior biodiversidade do mundo.<sup>1</sup>
- Houve um aumento dramático nos ataques a povos indígenas, outras comunidades tradicionais e seus territórios. Em fevereiro, pelo menos [14 territórios indígenas](#) protegidos foram atacados por invasores. Além disso, o governo aboliu mais de 35 conselhos nacionais de participação social. [Ataques](#) a pessoas que defendem seus territórios ou recursos naturais estão em ascensão no Brasil rural, resultando no aumento das mortes de líderes comunitários, camponeses e ativistas.
- A promessa de campanha de Bolsonaro de "[acabar com qualquer forma de ativismo](#)" foi implementada em seu primeiro dia no cargo, dando poder ao governo para "supervisionar, coordenar, monitorar e observar as atividades e ações de agências internacionais e organizações não-governamentais dentro do território nacional".
- Tanto o [Ministério do Meio Ambiente](#) quanto o [Ministério das Relações Exteriores](#) são agora liderados por céticos (negadores) do aquecimento global, levando à abolição dos departamentos responsáveis pelas mudanças climáticas. Mesmo que o Brasil continue sendo signatário do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, está se tornando improvável que o governo tome as medidas necessárias para implementar o acordo.

---

<sup>1</sup> Depois de ameaçar transferir o ato de demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura, por meio da medida provisória 870, o senador e filho do presidente brasileiro Flávio Bolsonaro propõe eliminar o conceito de "função social da terra". da Constituição Federal, o que resultaria em uma severa restrição dos critérios da reforma agrária, o que teria implicações dramáticas para a natureza e a dignidade humana. Dois casos emblemáticos são o desmatamento e o trabalho escravo, que não mais conduziriam à expropriação da terra dos violadores de direitos humanos. <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/06/06/flavio-bolsonaro-propoe-emenda-contr-a-funcao-social-da-terra/>

- A legislação e as políticas socioambientais foram drasticamente enfraquecidas durante os primeiros 100 dias do novo governo. O Código Florestal foi prejudicado com novas medidas que propõem a redução das reservas legais e um prazo mais flexível para a regularização fundiária por proprietários de terras. Em janeiro de 2019, o desmatamento na Amazônia [aumentou](#) 54% em relação ao mesmo período de 2018.

Atores da sociedade civil, ativistas, camponeses, trabalhadores e minorias enfrentam perigos extremos da retórica violenta e incendiária do governo de Bolsonaro e seus apoiadores. Isso inclui a rotulação de membros de movimentos populares como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto como "terroristas", gerando preocupações de que a controversa lei antiterrorista do Brasil será usada para criminalizar os ativistas sociais.

A UE é o segundo maior parceiro comercial do Brasil, segundo maior importador de soja brasileira e grande importador de carne bovina brasileira e outros produtos agrícolas. A UE, portanto, tem a responsabilidade de enfrentar as injustiças ambientais e de direitos humanos que ocorrem no Brasil sob o governo Bolsonaro. Deve usar sua influência para apoiar a sociedade civil, os direitos humanos e o meio ambiente.

A UE está negociando um amplo acordo comercial do Mercosul que busca expandir o acesso ao mercado e o comércio entre as duas regiões, incluindo o Brasil. É imperativo que a UE envie uma mensagem inequívoca ao Presidente Bolsonaro de que a UE se recusará a negociar um acordo comercial com o Brasil até que haja um fim às violações dos direitos humanos, medidas rigorosas para acabar com o desmatamento e compromissos concretos para implementar o Acordo de Paris.

No passado, a UE suspendeu as preferências comerciais com países envolvidos em violações dos direitos humanos, como Mianmar e as Filipinas. Ademais, a UE restringiu as importações de produtos cuja produção está relacionada a violação de direitos humanos como no caso dos minerais oriundos de regiões de conflito. É hora de a UE adotar uma postura semelhante, firme, para evitar a deterioração dos direitos humanos e da situação ambiental no Brasil.

**Por isso, pedimos que vocês:**

1. Interrompam imediatamente as negociações para um acordo de comércio UE-Mercosul.
2. Garantam que os produtos brasileiros vendidos na UE, assim como os mercados financeiros por trás destes produtos, não continuem sendo responsáveis por práticas de desmatamento, grilagem de terras nativas ou violações de direitos humanos.
3. Exijam confirmação, com evidências materiais, de que o governo brasileiro cumprirá seus compromissos como parte do Acordo de Paris sobre Mudança do Clima.
4. Aumentem o apoio à sociedade civil brasileira, incluindo o fortalecimento da implementação do Plano de Ação da UE sobre Direitos Humanos e Democracia e consultas pró-ativas com organizações da sociedade civil brasileira que tratam dos direitos humanos e do funcionamento democrático da sociedade civil brasileira.
5. Monitorem e respondam às violações dos direitos humanos - incluindo a investigação de casos desde a eleição de Bolsonaro - e fortaleçam mecanismos para proteger os defensores dos direitos humanos. Para os que estão em maior risco, incluindo os povos indígenas e os defensores do meio ambiente, a UE deve prestar apoio direto e urgente sempre que necessário, inclusive através de representações políticas.

Atenciosamente,